

08 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

STF nega liminar a Clayton e CNJ vai analisar denúncias

**Ex-presidente do TJPR
é investigado pela corregedoria
do órgão sobre suposto tráfico
de influência e venda
de sentenças**

**CRISE NO TJ
STF nega liminar
e CNJ poderá
investigar
Clayton Camargo**

Rubens Chuelre Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O desembargador Clayton Coutinho Camargo, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), teve o pedido de liminar negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na tarde de ontem e, desta maneira, não conseguiu impedir que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decida sobre a instauração ou não de procedimento administrativo disciplinar contra ele. A decisão foi proferida pelo ministro do STF, José Antônio Dias Toffoli.

A sessão do CNJ ocorre hoje e Camargo é investigado pela corregedoria do órgão sobre suposto tráfico de influência e venda de sentenças. A abertura do procedimento administrativo disciplinar deve ser decidido com base nessas investigações. A liminar estava inserida em um mandado de segurança no qual o desembargador recorre da decisão que suspendeu a análise de seu pedido de aposentadoria.

O ex-presidente do TJ pediu para se aposentar como desembargador em 20 de setembro. No dia 23, o Órgão Especial do tribunal acatou o pedido, entretanto, no mesmo dia, a corregedoria do CNJ, Francisco Falcão, suspendeu a análise do processo de aposentadoria depois de um pedido do Ministério Público Federal (MPF). O MPF entendeu que Camargo estaria antecipando a aposentadoria (já que ele deveria continuar como presidente do TJ até o início de 2015) para fugir de uma eventual punição do CNJ. Mesmo não podendo se aposentar como desembargador, Camargo renunciou ao cargo de presidente poucos dias depois.

Conduta

Na decisão que indeferiu o pedido de liminar, o ministro Toffoli destacou que "os magistrados devem manter conduta ilibada e prestar ao

povo brasileiro todos os esclarecimentos necessários para dissipar todas as eventuais dúvidas que possam surgir sobre a seriedade de seu agir e a lisura de seu comportamento".

Em outro trecho da decisão, o ministro do STF aponta que "a simples existência de procedimento investigatório em curso, notadamente quando (como no presente caso), já se avizinhava esse de seu termo final, parece suficiente a obstar o pedido de aposentadoria voluntária, ao menos enquanto se aguarda seu desfecho". Por telefone, o advogado João dos Santos Gomes Filho, que representa Camargo, afirmou que não iria se manifestar porque não conhecia o teor da decisão do STF.

CONTINUA

08 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Novo presidente

Na última quinta-feira, o desembargador Guilherme Luiz Gomes foi eleito o novo presidente do TJPR. Ele obteve 60 votos, em segundo turno, contra 46 votos para o desembargador Sérgio Arenhart. O cargo era disputado por cinco candidatos. Na primeira votação, também realizada na quinta-feira, Arenhart recebeu 28 votos, enquanto Gomes recebeu 41. No total, 107 desembargadores votaram, sendo um voto em branco.

Desde o dia 25 de setembro, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos respondeu interinamente pelo TJ. O desembargador Gomes vai se manter no cargo até o início de 2015, quando terminaria o mandato de Clayton Camargo.

08 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA LUIZ GERALDO MAZZA

Afinal a ruptura

Justamente nas áreas comuns de Justiça e Segurança que há os mais nítidos sinais de ruptura. Ela se define na condição de secretário sub-judice ao titular da Segurança, Cid Vasques, alvo de novo pedido de sua corporação, o MP, para derrubar o mandado de segurança concedido por Clayton Camargo, ex-presidente do TJ, que o mantém licenciado. Como se não bastasse agora a própria área de segurança contesta a recepção de novos presos em delegacias em ações articuladas pelo Sinclapol. Assim dois membros do MP, titulares da Segurança e da Justiça, sofrem duras contestações.

E isso não abala o governador voltado inteiramente para a campanha eleitoral, mesmo com sua autoridade permanentemente desafiada em tantos episódios como o do descontrole da violência mesmo nas cercanias das Unidades Paraná Seguro e lá atrás o cabeludo motim de policiais encapuzados que invadiram a mansão supostamente protegida de lenocínio e de jogos proibidos.

Por um fio

O STF deveria, através do relator, ministro Dias Tófoli, apreciar ontem o mandado de segurança do desembargador Clayton Camargo, que visava resguardar a integridade do seu pedido de aposentadoria bloqueado pelo CNJ, para evitar o julgamento no plenário, hoje, dos procedimentos intentados contra ele em supostos tráfico de influência e venda de sentença.

08 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça revoga parcialmente sigilo no caso Virgínia

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O juiz da 2ª Vara Criminal do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Surdi Avelar, revogou parcialmente o sigilo no processo sobre a antecipação de mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico da capital. A definição foi proferida na última sexta-feira, mas a informação só foi confirmada ontem pela Justiça e pelo Ministério Público do Paraná (MPPR).

A providência foi tomada

depois que o MP solicitou uma definição sobre as informações que podem ou não ser divulgadas. No dia 30 de setembro o órgão encaminhou uma representação ao juiz para que ele se posicionasse sobre uma possível quebra de sigilo no caso. Ao final da audiência de instrução das testemunhas de acusação, na noite de quinta-feira, o advogado de Virgínia Helena Soares, Elias Mattar Assad, declarou que o médico Mário Lobato da Costa, representante do Ministério da Saúde na sindicância que apura

eventuais irregularidades na UTI do Evangélico, e uma das principais testemunhas de acusação, teria dito que a leitura dos prontuários não permite concluir se houve antecipação nas mortes investigadas no hospital.

Agora, pela decisão, apenas informações sobre interceptações telefônicas e prontuários de pacientes não podem ser divulgadas. Depoimentos de testemunhas, por exemplo, poderão ser comentados publicamente pelas partes. O MP não quis comentar a decisão sobre o sigilo.

INFORME

Esquentou

A previsão é de tempo quente hoje em Apucarana (Norte), na sessão da Câmara de Vereadores, para a leitura do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a conduta do vereador Alcides Ramos (DEM). A diretoria da Casa já requisiu reforço na segurança, especialmente depois de ameaças que a presidente da CPI, Aurita Bertoli (PT), teria sofrido. Ramos, que está afastado desde o início do mandato, ficou preso por quase três meses sob a acusação de desvio de dinheiro e teve o mandato de vereador cassado por suposta compra de votos e abuso de poder político. No Superior Tribunal de Justiça (STJ) ele conseguiu, liminarmente, habeas corpus para deixar a cadeia. No Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná o parlamentar retomou o mandato.

Defesa

Segundo Aurita, o vereador investigado terá duas horas para se defender. Depois da leitura do relatório, o documento é encaminhado para a Comissão Interna de Justiça e Redação e só depois deve ser votado em plenário. Ela não quis revelar o conteúdo do material, mas os indícios são de que a CPI esteja opinando pela cassação do mandato de Ramos. "Há um clima pesado na cidade por causa desse caso", disse Aurita, comentando que tem sofrido grande pressão pelo trabalho na CPI.

08 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão



Novo presidente do TRT

O desembargador Altino Pedrosa dos Santos foi eleito por seus colegas para presidir o Tribunal Regional do Trabalho, da 9ª região que tem sede em Curitiba. O mandato dele será de dois anos. O desembargador Altino foi juiz do Trabalho em Londrina e também professor do curso de Direito da UEL. Teve atuação brilhante aqui na 2ª Vara do Trabalho. É cidadão honorário de Londrina. Está na foto com sua esposa, a juíza Ana Maria Veloso, e o desembargador e grande amigo Francisco Ermel e a esposa Regiane Ermel. Mais sucesso para eles ainda. Foram dois juízes que deixaram saudades entre os advogados e partes em Londrina

08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Conselho Nacional de Justiça decide hoje se abre processo contra ex-presidente do TJ

A abertura de procedimento administrativo disciplinar para apurar supostas irregularidades cometidas pelo ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Clayton Camargo será analisada hoje pelo Conselho Nacional de Justiça. Ontem, o Supremo Tribunal Federal negou pedido de liminar feito pelo desembargador para impedir que o processo entrasse em pauta. Caso o procedimento seja instaurado, o CNJ deve decidir também sobre o afastamento de Camargo de suas funções até o julgamento em definitivo.

08 OUT 2013

» JUDICIÁRIO

GAZETA DO POVO

Supremo nega liminar e Clayton Camargo enfrenta julgamento no CNJ

Após negativa de Dias Toffoli, Conselho julga hoje a abertura de procedimento administrativo disciplinar contra ex-presidente do TJ

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decide hoje se abre procedimento administrativo disciplinar para apurar supostas irregularidades cometidas pelo ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) Clayton Camargo. O julgamento ocorre um dia após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli negar pedido de liminar apresentado pelo desembargador para impedir a inclusão do processo na pauta do CNJ.

Camargo é alvo de investigação sigilosa conduzida pelo corregedor do conselho, Francisco Falcão. A apuração é baseada em inquérito judicial que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O pedido para abertura de processo deve se concentrar em suspeitas de ilegalidades na evolução patrimonial do desembargador — os detalhes da argumentação só serão conhecidos com a apresentação do voto do corregedor.

Caso o procedimento seja instaurado, o CNJ também deve decidir sobre o afastamento de Camargo de suas funções até que o processo seja julgado em definitivo. Em processos contra desembargadores, o conselho pode aplicar apenas três tipos de punições administrativas: remoção compulsória, disponibilidade (afastamento temporário das funções com recebimento de salários e sem possibilidade de advogar) e aposentadoria compulsória (a mais severa de todas). Possíveis penas criminais dependem do desenrolar do caso no STJ.

Briga pela aposentadoria

A sessão de hoje ocorre 18 dias depois de Camargo ter solicitado a aposentadoria por conta própria — segundo ele, por problemas de saúde. O pedido foi aceito no dia 23 de setembro pelo Órgão Especial do TJ-PR, que estabeleceu o pagamento vitalício do salário integral de desembargador, de R\$ 25.323,50 mais R\$ 727,96 de auxílio-saúde. Na mesma data, contudo, Falcão suspendeu a análise do processo de aposentadoria, a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

O corregedor considerou a atitude de Camargo como

indício de “ato evasivo”, que exige análise mais profunda do Conselho. Para o MPF, o magistrado estaria antecipando a aposentadoria para fugir de um eventual processo disciplinar.

Na prática, porém, a maior punição que ele poderá sofrer no CNJ é a aposentadoria compulsória, que não deve gerar impacto em seu salário. Como “efeito colateral”, a possível decisão levaria à inelegibilidade por oito anos, de acordo com a Lei da Ficha Limpa.

Recurso e decisão

Há uma semana, Camargo recorreu ao STF contra a decisão de Falcão que suspendeu a análise do pedido de aposentadoria. O ex-presidente do TJ-PR apresentou um mandado de segurança, que incluía um pedido de liminar para impedir a inclusão na pauta do CNJ de qualquer deliberação sobre a instauração de processo disciplinar contra ele. A ação tem como relator Dias Toffoli.

O ministro negou ontem a liminar. Ele argumentou que os fatos narrados no recurso são “extremamente graves” e que Camargo, “ao invés de desejar recolher-se à inatividade remunerada, deveria ser o principal interessado em vê-los cumpridamente elucidados, quando menos em respeito à dignidade do elevado cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que um dia exerceu”.

CONTINUA

08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O ministro também não vê prejuízos para Camargo com a suspensão da aposentadoria. "A suspensão do trâmite de seu pedido de aposentadoria, por outro lado, nenhum prejuízo lhe acarreta, pois dado o tempo de serviço com que já conta o impetrante, poderá vê-lo reapreciado e deferido, depois que devidamente encerrado o procedimento investigatório contra ele instaurado."

Caso Camargo não consiga executar as funções de magistrado por questões de saúde, Toffoli descreve que ele "pode licenciar-se, como, aliás, já o fez, por diversas e sucessivas vezes, antes de apresentar seu pedido de aposentadoria".

Além da liminar, o STF ainda vai precisar se posicionar, em plenário, sobre o mérito do mandado de segurança. O recurso não aborda o teor das investigações feitas pelo corregedor, apenas da legalidade do ato que suspendeu a aposentadoria. Cinco pontos da decisão são questionados. O principal é o fato de que o decreto de aposentadoria já havia sido expedido pelo Órgão Especial do TJ-PR antes da suspensão da análise determinada por Falcão.



Dias Toffoli, ministro do Supremo: fatos narrados no recurso são "extremamente graves".

OUTROLADO

Defesa de desembargador apresenta novo recurso

Após recorrer ao STF, a defesa de Clayton Camargo apresentou ontem ao CNJ um novo recurso administrativo para reverter a decisão do corregedor Francisco Falcão que suspendeu a análise do pedido de aposentadoria. O advogado João dos Santos Gomes Filho disse que estará presente na sessão de hoje do CNJ e que vai solicitar que a deliberação sobre a abertura de procedimento administrativo disciplinar só seja feita após a apreciação desse pedido. "Não podemos passar por cima de um fato consolidado", disse, referindo-se ao fato de que a decisão de Falcão teria sido tomada após o Órgão Especial do TJ ter aceitado o pedido de aposentadoria. (AG)

CONTINUA

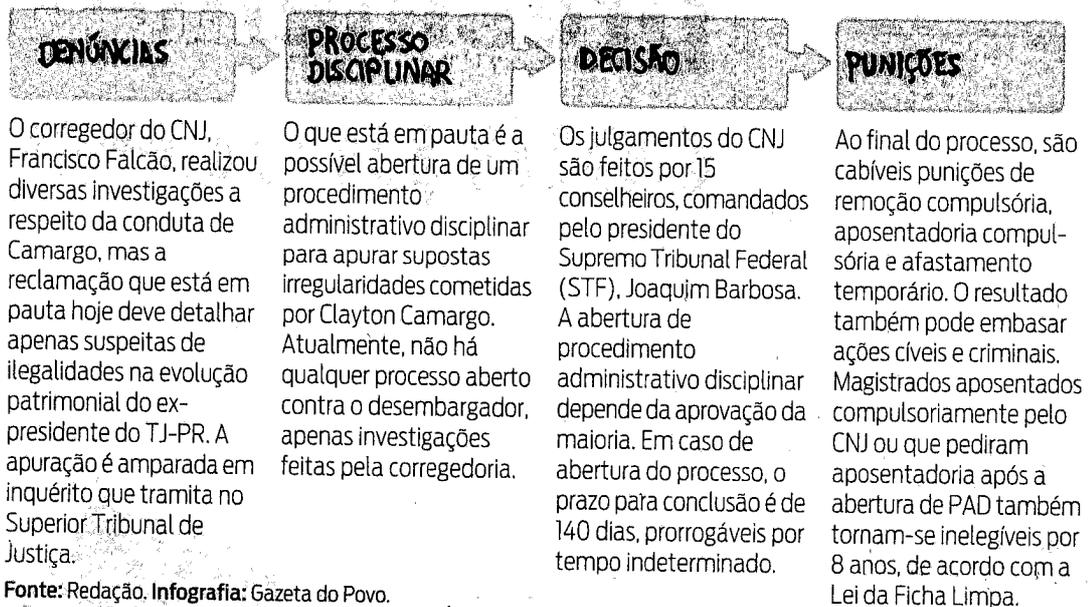
08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COMO FUNCIONA

Entenda como deverá ser a análise do CNJ sobre as denúncias contra o ex-presidente do TJ-PR Clayton Camargo:



RIGOR

Conselho avalia 11 casos disciplinares

O caso do ex-presidente do TJ-PR Clayton Camargo é um dos 11 processos sobre supostas infrações disciplinares cometidas por magistrados que estão na pauta de hoje do CNJ. Ao todo, estão previstos julgamentos de 110 itens. Dentre eles, os 15 conselheiros vão avaliar seis episódios de nepotismo e outros seis que

questionam a legalidade de concursos públicos realizados por tribunais.

Na última sessão plenária que realizou, dia 23 de setembro, o conselho afastou, por questões disciplinares, cinco juízes e confirmou a aposentadoria de outro. Pela primeira vez na história, foi determinado o afastamento de um presidente de tribunal em exercício do cargo – Alcir Gursen de Miranda, do

Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Ele é acusado de ter bens incompatíveis com sua renda e de conduzir um julgamento sem o quórum necessário para favorecer uma parte interessada.

O rigor do CNJ coincide com um processo de renovação dos conselheiros. Em um total de 15, sete foram recém-empossados e participaram apenas das duas últimas sessões plenárias. (AG)

CONTINUA

08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

Relembre os desdobramentos no processo de aposentadoria de Clayton Camargo, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

20 de setembro - Clayton Camargo pede aposentadoria do cargo de desembargador.

23 de setembro - O pedido é aceito pelos desembargadores do Órgão Especial do TJ. No mesmo dia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspende o processo, até que sejam avaliadas as denúncias contra Camargo. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o magistrado estaria antecipando a aposentadoria para fugir de um eventual processo disciplinar.

24 de setembro - Camargo renuncia à presidência TJ e alega motivos de saúde. No lugar dele, assume Paulo Vasconcelos e novas eleições são marcadas para 3 de outubro. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Camargo disse que não estava tentando fugir de punições administrativas do CNJ.

26 de setembro - Apesar de temporariamente suspenso pelo CNJ, o processo de aposentadoria continua sendo analisado pelo Tribunal de Contas do Estado (TC), num procedimento padrão nas aposentadorias de funcionários públicos.

1º de outubro - O TJ solicita ao TC a devolução do pedido de aposentadoria de Camargo. Segundo a assessoria de imprensa do TJ, Paulo Vasconcelos pediu a interrupção da análise para atender a decisão do CNJ. Também no dia 1º, Camargo apresenta mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal (STF). A ação inclui um pedido de liminar para impedir a inclusão na pauta do CNJ de qualquer deliberação sobre a instauração de processo disciplinar contra Camargo.

3 de outubro - O desembargador Guilherme Luiz Gomes é eleito presidente do TJ. O mandato vai até janeiro de 2015.

7 de outubro - O ministro do STF escolhido como relator do mandado de segurança, Dias Toffoli, nega o pedido de liminar.

Fonte: Da Redação.

08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

+ Com novo presidente,
TJ começa a votar "tarifaço" do Detran

» NOVO PRESIDENTE

Votação da tarifa do Detran marca 1.^a sessão de Gomes

| *Guilherme Voitch*

O clima foi de tranquilidade na primeira sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) presidida pelo novo presidente do Judiciário paranaense, Guilherme Luiz Gomes. O desembargador deu prosseguimento à pauta do dia de forma protocolar, sem menções ao ex-presidente Clayton Camargo. O destaque da sessão foi a votação do reajuste das tarifas do Detran.

Um pedido de vista do desembargador Dartagnan Serpa Sá adiou a votação do tema. Até então oito desembargadores haviam seguido o voto do relator Miguel Thomaz Pessoa Filho, dando provimento parcial à Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela bancada de oposição ao governador Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa. O desembargador não considerou abusivo o reajuste de 271% das tarifas.

Ele concordou com argumentos da Procuradoria do Estado de que o reajuste, formalizado em 2001, não foi abusivo, visto que as taxas não eram reajustadas desde 1994.

Pessoa Filho, no entanto, entendeu que a destinação de 10% da arrecadação das tarifas a instituições de assistência social era inconstitucional. Segundo ele, as taxas do Detran não podem financiar atividades que não guardam relação com as suas atribuições legais.

Polêmica

A polêmica sobre o reajuste e a destinação da tarifa vem desde 2011. A ação proposta pela oposição foi encampada pelo Ministério Público e, desde então, uma série de adiamentos tem marcado a votação do caso no TJ.

08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Reagiu mal 1

O desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima reagiu mal a uma intervenção feita pela subprocuradora Samia Saad Gallotti Banovide, representante do Ministério Público (MP) na sessão de ontem do órgão especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Samia fez uma ponderação sobre a necessidade de uma posição do TJ a respeito do imbróglio envolvendo o MP e o secretário de Segurança, Cid Vasques. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) quer o fim da licença de Vasques, que é procurador do MP.

Reagiu mal 2

A situação de Cid Vasques seria apreciada em julgamento no Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), mas uma série de recursos no Tribunal de Justiça do Paraná tem adiado a definição do futuro do secretário. "Trato desse caso do mesmo modo com que trato todos os outros que chegam ao meu gabinete", disse o desembargador, que ainda manifestou desagravo ao Ministério Público (MP). "Um funcionário do MP veio a meu gabinete pedir cópias de partes do processo. O MP deveria saber que não posso dar cópia para uma parte, sem dar para a outra", disse Lima.

Reagiu mal 3

Em uma sessão tranquila, Lima protagonizou os únicos episódios mais "quentes" do dia. Pouco antes de sua reprimenda ao MP, ele teve uma breve discussão com o desembargador Antônio Loyola Vieira. O diálogo não foi captado pelos microfones, mas chamou a atenção dos desembargadores que estavam por perto. Vieira, que estava sentado ao lado de Lima, até trocou de lugar depois do bate-boca.

08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

UTIDOEVANGÉLICO

Justiça revoga parcialmente sigilo no processo da médica Virgínia Souza

A Justiça revogou o sigilo no processo que envolve a doutora Virgínia Soares de Souza, acusada de antecipar mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico em Curitiba. A providência foi tomada depois que o Ministério Público (MP) solicitou à 2ª Vara do Tribunal do Júri uma definição sobre as informações que podem ser divulgadas durante o desenrolar do processo. A decisão é de sexta-feira e foi confirmada ontem pelo MP. Pela nova definição, apenas informações sobre interceptações telefônicas e prontuários de pacientes não podem ser divulgadas. Depoimentos de testemunhas poderão ser comentados publicamente pelas partes.

NOTA POLÍTICA

Cobrança judicial

A prefeitura de Maringá vai tentar reaver R\$ 12 milhões em dívidas tributárias vencidas. Os contribuintes que têm pendências terão até a próxima sexta-feira (11) para regularizar a situação e evitar a cobrança judicial. Cerca de mil contribuintes estão inadimplentes em Maringá. A maior parte dos valores devidos (cerca de R\$ 10 milhões) é referente ao cadastro mobiliário, de empresas que não pagaram Imposto Sobre Serviços (ISS). O restante das dívidas, na sua maioria, é de contribuintes que deixaram de pagar o IPTU.

Denúncias de tráfico de mulheres crescem 1.547% neste ano

O número de denúncias de tráfico de mulheres no país teve aumento de 1.547% no primeiro semestre deste ano, em comparação ao mesmo período de 2012. De janeiro a junho, o canal de atendimento Ligue 180 recebeu 263 denúncias, das quais 173 sobre casos internacionais e 90 no Brasil. Em 34% dos registros, havia risco de morte da vítima. Os dados fazem parte do balanço semestral divulgado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Conforme o levantamento, a maior parte das denúncias foi feita pela mãe da vítima.

Polícia pede mais tempo para concluir a investigação do caso Tayná

A polícia vai pedir ao Ministério Público (MP), na próxima quinta-feira, uma nova prorrogação de prazo para investigar o assassinato de Tayná da Silva, de 14 anos, morta no final de junho em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. A informação foi confirmada por Cristiano Quintas, da Delegacia de Homicídios (DH), que assumiu as investigações no dia 10 de setembro. O MP ainda não confirma oficialmente que concederá mais tempo. A autoria do homicídio segue desconhecida. Os quatro suspeitos iniciais pelo crime foram soltos após a perícia revelar que o sêmen encontrado nas roupas da garota não pertencia a nenhum deles.

08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Justiça suspende reintegração de posse na Rodoferroviária

8 QUIOSQUES

serão instalados na Rodoferroviária a partir de amanhã para uma Feira Gastronômica, que, temporariamente, irá substituir o trabalho oferecido pelas lanchonetes. Segundo a Urbs, o número de pontos pode dobrar caso haja necessidade.

Antonio Senkovski e
Angieli Maros

A 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba suspendeu ontem a reintegração de posse dos espaços comerciais da Rodoferroviária de Curitiba. Na decisão, o juiz Roger Vinicius Pires Oliveira determina que a desocupação seja julgada na 4.ª Vara da Fazenda Pública, que anteriormente decidiu sobre um pedido feito pela Associação de Permissionários da Rodoferroviária. Com isso, o prazo judicial para que os comerciantes deixem o local, que venceria amanhã, passa a ter tempo indeterminado.

Dos 21 permissionários que atuam na Rodoferroviária, seis já desocuparam o espaço. A retirada de bens no interior das lojas e restaurantes começou na manhã de ontem e ocorreu de maneira voluntária, segundo informações da Urbs. A previsão, antes da decisão judicial que suspende a reintegração de posse, era de que todos deixassem amigavelmente a estrutura, que está em reforma, até a noite de hoje. Oficiais de Justiça e guardas municipais acompanharam o procedimento ao longo do dia.

Na decisão de ontem, o juiz argumenta que a suspensão visa evitar decisões conflitantes no caso. Segundo ele, é

necessário que a questão seja decidida de maneira simultânea para evitar que haja contradição, “como se dá no caso concreto”. O adiamento da reintegração de posse ocorre, conforme o documento, até que a 4.ª Vara da Fazenda ratifique ou não a decisão que concede a reintegração de posse à Urbs.

O advogado Elton Baiocco, que defende a Associação de Permissionários da Rodoferroviária, diz que ainda não há definição sobre se os comerciantes que deixaram o prédio ontem irão voltar. “Haverá uma reunião e vamos ver a viabilidade de eles retornarem. Assim como os que permaneceram lá, eles [os que saíram] têm direito de ficar. A incompetência da 3.ª Vara em julgar o caso é uma frente que nós estamos atuando desde o início, e felizmente agora foi reconhecida”, defende.

A assessoria de imprensa da Urbs foi contatada pela reportagem e relatou que até as 18h50 não tinha sido notificada dessa decisão formalmente. Mas a entidade reforçou que decisões anteriores reconhecem a revogação da outorga como resultado de um processo correto, com ampla defesa e direito ao contraditório.

08 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Ex-dirigentes da Urbs ameaçam presidente de CPI com processo

“Forças poderosas e terríveis que há décadas comandam Curitiba querem calar a nossa voz.”

Jorge Bernardi, vereador (PDT) e presidente da CPI da Urbs, sobre o pedido de explicações de ex-diretores da empresa.

Marcos Isfer e Fernando Ghignone cobram explicações do vereador Jorge Bernardi, que falou sobre irregularidades no edital das licitações dos ônibus

Yuri Al'Hanati

O vereador Jorge Bernardi (PDT), presidente da CPI da Urbs, recebeu na manhã de ontem uma interpelação judicial assinada pelo ex-presidente da Urbs, Marcos Isfer, e pelo presidente da Sanepar, Fernando Ghignone, que foi diretor de Transportes da empresa de urbanização. Eles exigem, no texto, explicações de Bernardi por declarações que teria dado à imprensa, afirmando que houve irregularidade e alteração no edital das licitações dos ônibus, sob pena de responder por queixa-crime. As mudanças teriam favorecido as em-

presas que já operavam o sistema de transporte urbano.

Procurados pela reportagem, os autores da ação afirmaram que se sentiram lesados pelas declarações de Bernardi. “Ele foi categórico ao afirmar que a diretoria da Urbs criou uma licitação dirigida. Ele que prove agora. Não se brinca com a honra das pessoas”, disse Ghignone. “Eu tenho mais de 30 anos de vida pública e nunca tive um problema, e agora chega esse cidadão colocando coisas na boca da gente. A gente só quer que ele se explique. Essa interpelação quer dizer ‘veja lá o que você vai falar’”, explicou Isfer.

Na tribuna da sessão da Câmara de ontem, Bernardi disse que a interpelação é uma tentativa de constranger e impedir o funcionamento da CPI da Urbs. “Forças poderosas e terríveis que há décadas comandam Curitiba querem calar a nossa voz”, declarou. Outros vereadores, como o presidente da Câmara, Paulo Salamuni (PV), declararam solidariedade a Bernardi.

Em entrevista, o presidente da CPI afirmou também que a ação é uma ameaça a um dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, o que é crime pela Lei das CPIs, e que em nenhum momento citou o nome dos autores. “No meu papel constitucional de dar esclarecimentos à opinião pública, citei o que é de conhecimento público e o que foi investigado não só pela CPI, mas por diversos órgãos, inclusive a comissão de auditoria da Urbs, o Tribunal de Contas e a auditoria dos sindicatos. Todas apontaram irregularidades e os autores assumiram a responsabilidade por elas no momento em que entraram com essa interpelação judicial.”

“Se ele citou a antiga diretoria da Urbs, que teve vários presidentes, inclusive Isfer e eu, ele está nos responsabilizando também. Ele precisa nos dar explicação disso”, rebateu Ghignone. Ele e Isfer foram ouvidos na CPI nos dias 19 e 20 de setembro.

08 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Logística. Modelo apresentado para a concessão de Paranaguá, o segundo maior porto do País, prevê a licitação de três grandes áreas, o que, segundo empresários, excluiria da disputa os grupos menores; briga tem como pano de fundo disputa pelo governo do Estado

Paraná ameaça ir à Justiça contra proposta do governo para Paranaguá

Mauro Zanatta / BRASÍLIA

O governo do Paraná pode questionar na Justiça a proposta da Secretaria de Portos (SEP) para o arrendamento de áreas no Porto de Paranaguá. “Estamos dispostos a questionar na Justiça, sim. Vamos até a última instância”, disse ao ‘Estado’ o secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, irmão do governador Beto Richa (PSDB). “Se for para prejudicar as cooperativas, vamos questionar. Não podemos correr nenhum risco.”

Antes de buscar a via legal, o Paraná tentará um acordo com o governo ainda nesta semana, informou Richa Filho. “Queremos o diálogo antes e não falamos nisso por enquanto.” Na quinta-feira, está marcada uma reunião com a SEP e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, virtual adversária de Beto Richa na disputa estadual.

Gleisi reagiu: “Lamento muito que seja essa a posição. Se quer conversamos sobre as mudanças e temos ameaça? Seria importante não politizarmos essa questão”, disse ao Estado.

Disputa

“Se for para prejudicar as cooperativas, vamos questionar. Não podemos correr nenhum risco.”

José Richa Filho

SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO PR

“Sequer conversamos sobre as mudanças e temos ameaça?”

Gleisi Hoffmann

MINISTRA-CHEFE DA CASA CIVIL

Mobilizado pelo governo estadual, o coordenador da banca federal, deputado Marcelo Almeida (PMDB), avalia que “não é momento para a política, para antecipar 2014”. Quer resolver o contencioso “tecnicamente”. “Aí, se não der acordo, vamos para o embate.”

Uma consulta pública, lançada na semana passada pela SEP, acendeu a disputa no segundo maior porto do País. As divergências, conceituais e políticas, abrangem questões legais e soluções operacionais. O principal ponto da discórdia, segundo os empresários, é a licitação de três grandes áreas, já ocupadas por apenas uma operadora em um armazém de 100 mil toneladas de grãos.

O Paraná insistirá com o governo federal na utilização do plano de zoneamento aprovado pelo Conselho de Autoridade Portuária de Paranaguá (CAP) em meados de 2012. “Tínhamos 20 áreas já definidas e 16 já estavam em fase adiantada de execução, inclusive com todos os pedidos de licença”, diz. “Encaminhamos a Brasília, mas não levaram em consideração. A EBP nem considerou.” A Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), autorizada pela SEP a fazer os estudos, não teria levado em conta os estudos e a opinião da comunidade portuária.

A ministra Gleisi Hoffmann informou que a EBP “avaliou devidamente” os estudos de Paranaguá e assegurou que não haverá reajuste de preços. As licitações de terminais com contratos vencidos, segundo ela, seguem comando legal expresso. “O governo está aberto e disposto a dialogar para construir os melhores estudos.”

CONTINUA

08 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Richa Filho alertou que vários projetos e investimentos estão em risco. A concessionária de ferrovias ALL, segundo ele, avaliaria suspender estudos de ampliação de sua malha. A fabricante de papéis Klabin cogita exportar seus produtos pelos portos de Santa Catarina e a Associação de Produtores de Bioenergia (Alcopar) teria interrompido um plano de negócios conjunto de R\$ 165 milhões no porto, além de um poliduto de R\$ 1 bilhão, em processo de licenciamento ambiental.

Um grupo de cooperativas, formado por Agrária, Castrolanda e Cotriguaçu, reavaliaria a decisão de disputar as licitações no local. "Gerou insegurança essa mexida no marco legal", diz o secretário. "A proposta restringiu, criou grandes áreas e será difícil concorrer com ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus. Ficaremos reféns dessas empresas no porto. As cooperativas não têm como concorrer."

O presidente da Alcopar, Miguel Tranin, diz que a proposta do governo "abre espaço só para as grandes tradings" no porto. "Ideal era não se exigir investimento imediato de grande monta. Houve retração na produção, há uma crise no setor." A Alcopar opera armazém, terminal e berço em Paranaguá. Klabin, ALL e cooperativas não se manifestaram sobre a disputa.

Para EBP, proposta exige mais eficiência e produtividade

● Alvo principal das reclamações da comunidade portuária de Paranaguá, a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) defende seus estudos, afirmando que as propostas demandarão dos empresários novos rearranjos, investimentos e "exigências mais sérias" de eficiência e produtividade nos portos. Autorizada pela Secretaria de Portos a elaborar as propostas para diversos portos no País, a EBP, que é uma empresa privada, alega que usa como base a maior movimentação por menor custo em todos os seus projetos.

A acusação de restrição à operação dos novos terminais em Paranaguá, a empresa afirmou, em nota, ter considerado as "particularidades da operação portuária" ao evitar alterações significativas na dinâmica de funcionamento do chamado corredor de exportação. Mas admite: "Entretanto, a única maneira de gerar os tão necessários investimentos em infraestrutura foi a criação de dois terminais de porte mais significativo". O objetivo seria "garantir a capacidade financeira na construção de novos berços", a serem aproveitados pelo porto inteiro, "incluindo os arrendamentos menores". / M.Z.

08 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça arquiva inquérito sobre ex-juiz do TRE

A Justiça Federal arquivou investigação sobre o suposto sequestro relâmpago de que teria sido vítima o ex-juiz Paulo Hamilton Siqueira Junior, do Tribunal Regional Eleitoral. O arquivamento foi requerido pelo Ministério Público Federal que argumentou não existir provas “que permitam concluir que o sequestro ocorreu ou não”.

Hamilton integra lista triplíce em poder da presidente Dilma Rousseff (PT) para cadeira de magistrado eleitoral efetivo em São Paulo na classe jurista, reservada exclusivamente para advogados. Ele atuou por dois mandatos consecutivos como substituto, até 20 de junho.

Em setembro de 2012, a um mês das eleições, ele declarou à Polícia Federal que foi sequestrado por dois homens que o obrigaram a dirigir seu carro até a Rua Haddock Lobo onde postou correspondências contendo ameaças a si e à uma colega.

A PF examinou imagens de câmeras de segurança de prédios e levantou suspeita sobre a versão de Hamilton. Relatório de investigação sugeriu que o ex-juiz praticou falsa comunicação de crime, mas a PF não investigou os motivos que o teriam levado a forjar a história — na ocasião, ele detinha foro privilegiado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“De um lado, existe a palavra da vítima, narrando com pormenores como se deu o sequestro e, de outro lado, as percepções do agente da Polícia Federal que realizou as investigações e concluiu pela sua incoerência”, diz a procuradora da República Marta Pinheiro de Oliveira Sena no pedido de arquivamento.

“É certo que não se pode desmerecer a experiência e a competência do agente responsável pelas investigações, com colocações que são razoáveis, sob o prisma de investigação criminal. Por outro lado, no sentir do MPF, a conclusão de que a vítima estava ou não com medo, ou que poderia ou não ter fugido, diante das circunstâncias concretas são de cunho eminentemente subjetivo.”

A procuradora observa que “a dificuldade de se alcançar uma conclusão precisa sobre a ocorrência ou não do sequestro resta ainda maior diante da enorme estranheza dos fatos investigados”. Ela pondera. “Qual seria o interesse do sequestrador em determinar que o próprio magistrado postasse correspondências para si próprio e para a colega? Qual o interesse do magistrado em inventar toda uma história?”

Ela ressalta que para configuração da falsa comunicação “é necessário que o agente provoque a ação da autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou contravenção que sabe não ter se verificado”. Para Marta, “forçoso reconhecer que não há provas que permitam concluir, com a firmeza necessária, que o sequestro não ocorreu, tampouco que ele existiu”.

Hamilton não respondeu ao pedido de entrevista feito pelo Estado. / **FAUSTO MACEDO**

08 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Caso Controlar: Kassab defende contrato e juiz

Luciano Bottini Filho

Após interrogatório na 7.^a Vara Criminal do Fórum da Barra Funda, zona oeste de São Paulo, o ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD) disse que foi correta a decisão de seu governo de implementar a inspeção veicular. Ele é réu em processo criminal no qual é acusado de violar a Lei de Licitações. No ano passado, Kassab foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MPE) por suposta irregularidade no contrato entre a Prefeitura e a Controlar.

“Eu disse que a Secretaria (*do Verde e do Meio Ambiente*) agiu corretamente em implementar o programa. É uma oportunidade que eu estava aguardado fazia tempo para mostrar isso”, disse Kassab, ao deixar a sala de audiências, onde foi interrogado por dez minutos pelo juiz Djalma Rubens Lofrano Filho. A audiência durou 3 horas.

Segundo a denúncia, a Controlar não tinha técnico responsável quando o contrato começou a ser executado, em 2008. A defesa alega que, em 2007, Kassab deu prazo de 90 dias para que a empresa se regularizasse, o que teria sido cumprido.

“Estou confiante, tranquilo. Cabe à Justiça definir a questão. Tenho certeza de que o Ministério Público está errado”, disse Kassab. Ele foi acompanhado de três testemunhas.

Além de Kassab, foi interrogado o empresário Ivan Pio de Azevedo, ex-presidente da Controlar, que também se declara inocente. Ele levou nove testemunhas. O ex-prefeito e Azevedo são acusados do crime de concessão ou recebimento de vantagens durante processos licitatórios, cuja pena é de 2 a 4 anos de detenção.

Improbidade. O MPE também moveu ação de improbidade administrativa contra Kassab, em que tenta provar que a licitação da inspeção ambiental causou prejuízo de R\$ 1,1 bilhão aos cofres públicos e aos donos de veículos na capital. Ainda segundo o MPE, o ex-prefeito reativou o contrato, assinado em 1996, dois anos após seu término.

Fórum dos Leitores

Iguais perante a lei...

Passados 25 anos da promulgação da Constituição, é estarrecedor e ao mesmo tempo frustrante que um de seus mais belos artigos, o que diz que “todos são iguais perante a lei”, muito pouco seja seguido ao pé da letra. Neste país também impera a lei do poder político e financeiro. Criminosos de colarinho branco continuam a sair impunes. E a nossa Lei Magna em muitas circunstâncias é violada pelos próprios parlamentares, que fazem de seus mandatos verdadeiros balcões de negociatas para atos de corrupção e abuso de poder.

CELIO BORBA

celioborba@ovi.com
Curitiba

08 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

A era da vingança

MÁRCIO CHAER

A pressão da qual o ministro Celso de Mello reclamou, para que votasse como queria a opinião pública no caso do mensalão, foi factual e concreta

Na Roma antiga, o povo apreciava furiosamente duelos sangrentos, gentes devoradas por leões. Ainda hoje, multidões lotam estádios para ver mulheres acusadas de adultério serem apedrejadas até a morte.

No Brasil, sem lapidação nem duelos — quando não há jogos importantes na TV—, à mesma torcida excita-se com casos como o do mensalão.

Vive-se a era da vingança. Quem um dia se sentiu chicoteado agora quer chicotear. Não importa de que campo se fale: sexual, ideológico, econômico, social ou racial.

O Judiciário, algumas vezes, entra de estraga-prazeres na festa, com o formalismo de exigir provas, o que adia ou inviabiliza os encarceramentos dos sonhos da galera.

Esta **Folha** distinguiu-se por ter parado para repensar a condenação antecipada dos mensaleiros. Mais ainda por sustentar a valente e explosiva tese, contrária ao senso comum, de que cadeia não reduz criminalidade nem resolve problemas sociais. Mas foi mal ao atacar, em editorial, o ministro Celso de Mello, que reclamou, em entrevista à própria **Folha**, da publicidade opressiva usada para obrigá-lo a votar como queria a opinião pública. A pressão da qual o ministro reclamou foi concreta, factual e generalizada, co-

mo depois indicou Janio de Freitas. Mas o texto gerou ainda o artigo equivocado do professor da Fundação Getúlio Vargas Diego Arguelhes.

Escorado no fato de que ministros atendem a imprensa quando procurados (e por que não?), partiu para a ficção. Disse que o ministro atuou com vedetismo e distribuiu pela internet trechos de voto não proferido e disponibilizou para a mídia, antes do fim da sessão, manifestação que acabara de fazer.

Os jornalistas que cercam os gabinetes do Supremo Tribunal Federal (STF) têm algo a dizer ao professor: o ministro não fez circular coisa alguma pela internet e a divulgação de votos apresentados é dever, não ato de vaidade do juiz.

A pedrada mais torta contra o decano do STF, porém, foi a ressurreição, por jornalistas da **Folha**, de uma fantasia criada pelo ex-ministro da Justiça Saulo Ramos, morto em abril. Na autobiografia, escrita de memória, vingou-se de quem o

magooou em vida (vide a resenha “Lorotas a granel” na internet). Para “provar” que Celso de Mello não era imune à pressão da imprensa, citou caso em que o ministro teria mudado voto para ficar bem na foto.

Discutia-se a validade do novo domicílio eleitoral do ex-presidente José Sarney, que foi quem levou o ministro ao STF. Diz Saulo que Celso, “o último a votar no julgamento”, telefonou-lhe para justificar por que seria contrário ao pedido: como a **Folha** anunciara que ele votaria a favor e a questão já fora decidida pelos outros dez ministros, sua posição não faria diferença. Inconformado, o memorialista escreve que disse um palavrão, bateu o telefone e jamais voltou a trocar palavra com o ministro.

Na vida real, Celso de Mello era o segundo mais novo ministro da corte. Portanto, um dos primeiros a votar. Seu voto foi enorme — desses que levam dias para preparar. Os arquivos da **Folha** não registram a notícia mencionada. E, por fim, o próprio Saulo relata, no mesmo livro, outros diálogos com Celso de Mello. Sete anos depois, no beija-mão do ministro em sua posse na presidência do STF, abraçou-o efusivo após Márcio Thomaz Bastos.

MÁRCIO CHAER, 58, é jornalista e diretor da revista eletrônica “Consultor Jurídico”

08 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

Mensalão termina antes da eleição, diz Fux

Relator da nova fase do julgamento prevê análise de recursos de 12 condenados no primeiro semestre de 2014

Para ministro do STF, debate será rápido e restrito a pontos divergentes apontados por advogados dos réus

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O novo relator do processo do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, diz acreditar que a próxima fase de recursos do caso será concluída no primeiro semestre de 2014.

O ministro afirmou que deve elaborar seu relatório e voto no processo em dez dias e o julgamento da nova etapa de apelação deve durar de dez a vinte dias.

Fux, porém, lembrou que só poderá começar a trabalhar após a superação de três fases: a de publicação do resultado do julgamento encerrado em setembro, a de apresentação dos novos recursos pelos réus, em 30 dias, e a de manifestação do Ministério Público, em mais 30 dias.

Fux foi sorteado para ser o relator da etapa em que serão julgados os recursos intitulados embargos infringentes. Terão direito a esse tipo de apelação 12 réus condenados que conseguiram pelo menos quatro votos favoráveis às suas teses de defesa no julgamento.

Indagado se a nova etapa do mensalão poderia ser

concluída somente no segundo semestre de 2014, no período eleitoral, Fux disse: "Para a época da eleição, é um prazo muito delongado. Para o primeiro semestre é bem mais factível".

O ministro explicou que a fase dos embargos infringentes deverá ser mais curta que as anteriores do mensalão. "Esse é um recurso peculiar, que vai confrontar as teses divergentes, não é um julgamento novo, da causa toda. É um recurso adstrito à divergência", disse.

Segundo o magistrado, após a publicação do resultado da fase anterior do julgamento já será possível iniciar o trabalho da relatoria, uma vez que o documento permitirá identificar os pontos de divergência que serão novamente analisados pelo STF.

"Só não dá para antever o que os advogados vão trazer como fundamento", afirmou.

O ministro disse que pretende realizar entendimentos com os colegas antes do início da nova fase para evitar discussões e atrasos.

"A minha tendência é a de fazer um julgamento previamente acordado com a corte toda, quer sobre a metodologia, quer sobre o início das sessões. Quero dialogar com todo mundo para que não haja questão de ordem [debate sobre a forma do julgamento] ou embaraços", disse.

O ministro foi homenageado pelo IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo) na capital paulista ontem.

Em seu discurso, Fux atacou o excesso de recursos previstos nas leis do país, entre eles os embargos infringentes. Em setembro, ele votou contra a admissão desse tipo de apelação no STF.

Fux também criticou o Congresso, que segundo ele não tem "coragem" de debater temas polêmicos, como a descriminalização de drogas, e deixa a decisão sobre esses assuntos para o STF.

08 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

Folha promove debate sobre 25 anos da Constituição

DE SÃO PAULO - A Folha promove hoje, a partir das 19h, um debate sobre os 25 anos da Constituição brasileira. Participarão Nelson Jobim, deputado constituinte e ex-presidente do STF; o atual ministro do STF Luís Roberto Barroso; e Virgílio Afonso da Silva, professor da Faculdade de Direito da USP.

A mediação do debate ficará a cargo de Uirá Machado, editor de "Opinião" do jornal. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br (incluir o nome completo e o RG) ou pelo telefone 0/xx/11/3224-3473. O evento será no auditório da **Folha**, na alameda Barão de Limeira, 425, em São Paulo.

MÔNICA BERGAMO CURTO-CIRCUITO

O Ministério Público de SP promove hoje ciclo de debates sobre os 25 anos da Constituição.

08 OUT 2013

BEMPARANÁ

Decisão da Justiça adia saída dos permissionários

Prefeitura conseguiu mandado de reintegração de posse na semana passada, mas Justiça questiona foro legal

Os permissionários da Rodoferroviária de Curitiba ganharam um tempo a mais no bloco dos fundos. Ontem, a Justiça concedeu nova liminar cancelando a reintegração de posse. Pela manhã, alguns comerciantes chegaram a deixar as instalações depois que um oficial de Justiça apresentou o mandado de reintegração.

A suspensão da reintegração foi feita pela 3ª Vara da Fazenda Pública, que reconheceu que o caso deve ser julgado pela 4ª Vara da Fazenda, que vinha julgando um caso relacionado aos permissionários e a Urbs. Com a decisão, fica sem data a saída dos lojistas do setor estadual. Pela liminar de reintegração eles teriam que sair até hoje.

Ontem pela manhã, seis dos comerciantes deixaram o local. A volta deles ainda não é certa. A Associação dos Permissionários iria se reunir na noite de ontem para tentar encontrar uma saída para eles. No entender da associação, eles podem retornar.

A saída dos comerciantes estava prevista para o início da revitalização da ala dos

fundos da rodoviária, que deveria ter começado na semana passada. Mas como os permissionários não poderiam ocupar a ala interestadual, eles procuraram a Justiça. A Urbs alega que a ocupação daqui por diante só pode ocorrer por licitação, marcada para o dia 4 de novembro. Os atuais permissionários podem participar.

Embarques — Todos os embarques e desembarques (estaduais e interestaduais) na Rodoviária de Curitiba permanecem no bloco dos fundos (estadual) até hoje. A mudança, prevista para ocorrer ontem foi adiada para amanhã porque o temporal da quinta-feira passada impediu a finalização do acesso dos ônibus ao bloco da frente.

08 OUT 2013

BEMPARANÁ

Caso Tayná

Delegado pede mais 30 dias

O atual delegado do caso Tayná Adriane da Silva, Cristiano Quintas, da Delegacia de Homicídios, pediu mais 30 dias para concluir o inquérito. Quinta assumiu o caso no mês passado, depois que a Justiça já havia prorrogado a entrega do inquérito uma primeira vez. Tayná foi morta no final do mês de junho. O inquérito deveria ser apresentado ao Ministério Público nesta semana. O caso Tayná segue em segredo de Justiça.

Nucríá — O Núcleo de Proteção a Criança e Adolescente Vítimas de Crimes (Nucríá) realizou, na noite de sexta-feira passada, a Operação Sentinela, junto a casas noturnas de Curitiba, visando a fiscalizar e coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes. Foram realizadas abordagens a pessoas e veículos.

08 OUT 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

MORTES EM UTI

Justiça libera depoimentos

Jadson André
jadsona@tribunadoparana.com.br

A Justiça revogou parcialmente o sigilo sobre o processo da médica Virginia Soares de Souza, suspeita de antecipar mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico. A partir de agora, o conteúdo de depoimentos de testemunhas poderá ser divulgado, entretanto, informações referentes a prontuários de pacientes e escutas telefônicas feitas pela Polícia Civil devem continuar em segredo.

A decisão foi tomada depois que o Ministério Público fez um pedido à 2.ª Vara do Tribunal do Júri, em função da divulgação de

depoimentos, feita pelo advogado Elias Mattar Assad, defensor de Virginia. A decisão foi tomada na semana passada, mas só veio a público ontem.

CONTINUAÇÃO

Hoje, às 13h30, começa a segunda fase de instrução do processo. Na semana passada, foram ouvidas 14 testemunhas de acusação, indicadas pelo MP-PR. Nesta nova etapa, serão ouvidas primeiro as testemunhas de acusação que não tiveram tempo de prestar depoimento e as testemunhas de defesa de Virginia. Assad incluiu 64 pessoas, entretanto, este número deverá ser menor.

CASO TAYNA

Mais um mês pra concluir inquérito

Giselle Ulbrich

O delegado Cristiano Quintas, da Delegacia de Homicídios, deve pedir hoje ao Ministério Público mais 30 dias para investigar o assassinato da estudante Tayná Adriane da Silva, 14 anos, ocorrido em 28 de junho, em Colombo. Ele alega que ainda há muito trabalho a ser feito.

Quintas já é o quarto delegado a assumir o inquérito. A última prorrogação de prazo, solicitada pelo delegado ante-

rior, Guilherme Rangel, vence na próxima quinta-feira. Quintas disse que vai aproveitar tudo o que foi feito. "Estamos refinando o trabalho, tirando dúvidas, já que alguns depoimentos foram confusos e conflitantes. Também estamos ouvindo novas pessoas, fazendo diligências e solicitando providências judiciais. Ainda há muito trabalho a ser feito", alegou Quintas.

O delegado também contou que muitas denúncias chegam todos os dias e todas são analisadas.

08 OUT 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Panorama Político

JULGAMENTO

Hoje o destino da aposentadoria requerida pelo desembargador Clayton Camargo ao deixar o comando do Tribunal de Justiça, embargada pelo CNJ, terá uma decisão. Pelo menos deverá constar da pauta da reunião do Conselho Nacional de Justiça. A menos que o ministro Dias Tofolli conceda liminar à contestação protocolada no STF pelo advogado do desembargador.

CONSUMATUS EST

Isolado desde que perdeu a disputa para colocar um substituto escolhido por ele na Secretaria da Fazenda, quando em janeiro deixaria o governo para concorrer a novo mandato federal, Luiz Carlos Hauly entregou ontem o cargo a sua sucessora, a "coringa" Jozélia Nogueira, que há um mês deixara uma secretaria de estado para assumir a PGE.

DESINTERESSE

Com as dificuldades de caixa enfrentadas pelo governo do Estado, sem conseguir acesso aos empréstimos internacionais já negociados, por limitações impostas na área federal, e também aos depósitos judiciais que estiveram em negociação com a administração do desembargador Clayton Camargo, enquanto presidente do TJ paranaense, poucos se interessaram pelo cargo até segunda ocupado por Hauly. Alguns que se propunham a assumi-lo, tinham restrição do Palácio Iguaçu.

08 OUT 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Gestão do sistema penitenciário faz do Paraná exemplo para o País

ANPR

O Paraná deixou de ter um dos piores sistemas carcerários do País e está se tornando exemplo para o Brasil. A afirmação foi feita pelo governador Beto Richa nesta segunda-feira (7), durante encontro com a secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, no Palácio Iguacu.

Maria Tereza entregou ao governador o Prêmio das Américas 2013, Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa, recebido pelo Paraná na semana passada pelo projeto Vozes do Cárcere. O projeto aprimorou a gestão do siste-



|| Maria Tereza Uille Gomes entrega o prêmio ao governador

ma penitenciário a partir de pesquisa com mais de 13 mil presos. O prêmio foi entregue durante o VII Fórum de Competitividade das Américas, na cidade de Panamá.

“Assumimos o Estado com uma situação vergonhosa, um sistema carcerário totalmente defasado, com superlotação

em presídios e delegacias.

Hoje, estamos revertendo este quadro e passamos a ser exemplos para o País, com planejamento e ações que efetivamente dão resultados”, disse Richa. “Este prêmio é mais uma demonstração de que executamos um trabalho sério na área da Justiça”.

Deputados discutem mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente

A Assembleia Legislativa recebeu ontem um seminário com membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados cujo objetivo é opinar sobre o projeto de lei do Senado Federal, propondo alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As mudanças dizem respeito à aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes infratores que atinjam a maioria penal.

A audiência aconteceu no Plenarinho e contou com a

presença dos deputados federais Vieira da Cunha (PDT/RS), João Arruda (PMDB/PR) e Rosane Ferreira (PV/PR). A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Assembleia Legislativa, deputada Rose Litro (PSDB), também participou do encontro, bem como o procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, representando o Ministério Público do Paraná.